

## A construção discursiva do espaço universitário brasileiro

PAULO THIAGO SANTOS GONÇALVES DA SILVA\*

Passados 11 dias do mês de abril de 1931, publicava-se o Decreto 19.851 que dispunha sobre o ensino superior no Brasil. A denominada Reforma Francisco Campos, que levava o nome do ministro que estava à frente do, à época, Ministério da Educação e Saúde Pública, criava o Estatuto das Universidades Brasileiras que definia legalmente o modelo que as universidades brasileiras deveriam seguir. Nele, o ensino superior obedeceria, *de preferência*, ao sistema universitário, mantendo a possibilidade de sua execução nos institutos isolados, respeitando, ou ao menos não batendo de frente, a tradição do ensino em faculdades de caráter profissional, como vinha sendo feito, desde os últimos anos do período monárquico, nas Faculdades de Direito, Medicina e na Escola de Engenharia.

Em seu Título I, Art. 1º, o Estatuto deixa claro os *fins* do ensino universitário, que teria o papel de “elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica (...); habilitar ao exercício de atividades (...); concorre, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade (...) para a grandeza da Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade.” Cerca de três anos após a publicação do Estatuto, o Estado de São Paulo, por intermédio do Doutor Armando de Salles Oliveira, naquele momento ocupando o cargo de interventor Federal, publicava o Decreto nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934, criando a Universidade de São Paulo (USP). Em seu texto, o Decreto se alinhava ao Estatuto de 1931, principalmente no que dizia respeito aos seus *fins*. Em seu artigo 2º, a promoção do progresso da ciência, estabelecido pelo exercício da pesquisa, a transmissão dessa a partir do ensino, a formação de especialistas e técnicos profissionais e a obra de vulgarização das ciências concorreriam para “a preparação do homem, do profissional e do cidadão”.

---

\* Faculdade CIMAN/JK

Doutorando em História pela Universidade de Brasília.

A novidade, que se apresenta tanto no Estatuto de 1931, com o nome de Faculdade de Educação, Ciências e Letras, como no Decreto de 1934, estava na criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) como parte integrante da composição das universidades no Brasil, juntamente com as já estabelecidas Faculdades de Direito, de Medicina e a Escola de Engenharia. Para se constituir uma universidade, fazia-se necessário congregarem pelo menos três desses institutos. A FFCL não era apenas um novo instituto criado para atender a uma necessidade específica: ela nascia, na ideia de seus idealizadores, como o eixo central que traria a unidade às universidades. Como destacaria Fernando de Azevedo, em discurso de formatura da primeira turma de professores da USP, em 1937:

É por isso que nessa Faculdade, que domina o sistema universitário, tende a instalar-se a grande força de atração capaz de fazer gravitarem em torno dela toda constelação dos institutos universitários de caráter profissional, por meio da sólida preparação cultural e científica, puramente teórica, que ela ministra e que deve fundamentar e informar a especialização profissional a cargo dos outros institutos (1947: 74).

Porém, a Universidade que se esperava criar, que rompesse com a tradição das Faculdades e Escolas Superiores isoladas e independentes, de tipo profissional, parece que não poderia cumprir a sua *missão* apenas por decreto. A construção de um novo espaço de saber, em novos moldes, não conseguiria se impor à tradição das Faculdades e Escolas independentes de ensino superior apenas por força de lei, o que Anísio Teixeira parece ter percebido um pouco tarde. Em sua análise sobre o Ensino Superior no Brasil, já na década de 1970, o autor destaca:

Não logrou a nova universidade cumprir sua ambiciosa missão. A tradição – a rigor antiuniversitária, se concebemos a universidade como estudos integrados dados em cooperação por várias escolas, entre as quais a filosofia seria a central – opôs-se à posição pretendida pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. (...) Em seu desenvolvimento posterior, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, sofrendo os efeitos dessa tradição, fez-se predominantemente uma nova escola profissional de preparar para o magistério secundário, com existência isolada e independente, como as demais escolas profissionais (1989: 231).

Mas se a força da lei não era capaz, apenas por si só, de consolidar/constituir as universidades como lugares privilegiados da criação de saberes, capazes de habilitar o exercício das atividades profissionais e concorrer para a educação dos indivíduos e da coletividade, como desejava o Estatuto de 1931, o que o faria? Quiçá para chegarmos a

uma resposta possível, enquanto historiadores, tenhamos que mudar o foco de nossa observação, saindo do pressuposto da possibilidade de acesso à realidade por intermédio de fontes e documentos e passando a pensar o documento como monumento (LE GOFF, 1985), como discurso, não o discurso entendido como mero ato de se falar em público, mas, como nos chama a atenção o historiador Durval de Albuquerque Júnior, entender que o discurso, assim como os pronunciamentos:

Não são apenas fontes através das quais pesquisamos, estudamos um dado objeto ou acessamos as idéias, sentimentos, desejos ou objetivos de dados sujeitos, mas eles se tornam a matéria mesma da análise do historiador, que descobre que todos os documentos ou testemunhos são formas de discurso, que os objetos e sujeitos não preexistem aos discursos de que deles falam, mas são constituídos por eles. Os discursos e pronunciamentos não falam de um objeto externo a eles, mas constituem o próprio objeto, dando a ele nome, conceituação, versões, inteligibilidade, verdades (2009: 235).

Levando em conta tais considerações, este artigo tem como preocupação entender como se deu a construção discursiva do espaço universitário brasileiro, na busca de legitimar as universidades como espaço lúdico, privilegiado e, poderíamos dizer a partir da leitura de Azevedo, exclusivo da construção de saberes e de verdades. Discurso esse que ganha força nos anos posteriores ao decreto de criação das universidades e às suas primeiras experiências, dando maior atenção, aqui, à criação da Universidade de São Paulo. Para tal tarefa, os discursos de Fernando de Azevedo, pronunciados entre os anos de 1935 e 1945, hoje reunidos no livro “As Universidades no mundo de Amanhã” (1947), serão a principal documentação para compreendermos como o nosso objeto se constitui, se materializa discursivamente, sofre seu processo de objetivação (RAGO, 1995). Como suporte dessa documentação central, serão também aqui corteados os decretos de criação do Estatuto das Universidades Brasileiras, o Decreto de Criação da Universidade de São Paulo, o Manifesto da Educação Brasileira, de autoria de Azevedo e, por fim, discursos de Anísio Teixeira sobre as universidades, de fins da década de 1960 e início da de 1970 que, apesar de suas distâncias temporais estabelecem uma relação de coexistência com os discursos de Azevedo.

Fernando Azevedo, mais conhecido em sua identidade de educador, figura de destaque no movimento de renovação educacional nas décadas de 1920-30, iniciou seus estudos na Companhia de Jesus e, entre trabalhos no magistério e no jornalismo, acabou por se formar na Faculdade de Direito de São Paulo no ano de 1918. No período

recortado pelos seus discursos, Azevedo ocupou o papel de membro do Conselho Universitário (desde 1934), Diretor do Instituto de Educação (1935 – 1937), Catedrático de sociologia (a partir de 1933) e Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1941 – 1947), todos cargos ocupados na Universidade de São Paulo. É esse seu *lugar* (CERTEAU, 2008) de fala, de onde discursa, que lhe dá autoridade, ao mesmo tempo em que esse *lugar* é legitimado por seu discurso em uma espécie de retroalimentação de legitimidade.

Nesse sentido, em seus textos, a constante necessidade de se reforçar o que seria a *essência* das universidades, sua *natureza*, objetivo maior de suas palavras, faz-nos questionar a sua existência. Serão os discursos de Azevedo mera descrição do que as universidades significariam a priori e falariam de um objeto externo a eles? Ou será que são os discursos que constituem as universidades, dando-lhes nome, conceituação, versões, inteligibilidade e verdades? (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009) Se hoje as universidades nos parecem ser, indiscutivelmente, o lugar por excelência legítimo e autorizado de produção de saberes, como se essa autoridade lhe fosse natural, é na necessidade de produção de discursos que reafirmem essa condição que reside a dúvida dessa pretensa essencialidade.

Mas, ao final, qual o ou quais os significados da emergência desses discursos em favor das universidades? Se descartarmos a ideia de busca de uma origem, do seu local de *nascimento*, e nos concentrarmos na ideia de uma história genealógica, na concepção de Foucault, perceberemos que: “A emergência é portanto a entrada em cena das forças; é sua interrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o *teatro*, cada uma com seu vigor e sua própria juventude” (grifo meu) (1979: 24).

As universidades no Brasil não surgem para ocupar um “teatro” vazio. O lugar que vêm preencher, ou que o querem, era antes ocupado pelos Museus, pelos Institutos, pelas Faculdades e pelas Escolas superiores que travavam intensas batalhas pelo lugar privilegiado de formação da *intelligentsia* local para enfrentar os problemas da nação, atalha essa que agora tem que ser encarada pelas universidades e que não pode ser vencida apenas por decreto. Essa é uma peleja que se trava no campo do discurso, da produção de novos saberes, na busca de se apoderar das regras de sua produção para assim se impor como dominante. Como destaca Foucault:

O grande jogo da história será de quem se apoderar das regras, de quem tomar o lugar daqueles que as utilizam, de quem se disfarçar para pervertê-las, utilizá-las ao inverso e voltá-las contra aqueles que as tinham imposto; de quem, se introduzindo no aparelho complexo, o fizer funcionar de tal modo que os dominadores encontrar-se-ão dominados por suas próprias regras (1979: 25 – 26).

Em 4 de janeiro de 1935, na sessão solene de encerramento dos cursos do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo, Azevedo pronunciou sua conferência intitulada “A Missão da Universidade”. Em sua apresentação, o autor nos daria as primeiras pistas dos caminhos que trilharia na constituição discursiva das universidades, das suas identidades, que apesar de construídas historicamente, carregam, em suas palavras, um caráter essencialista, natural. Para isso, o autor estabelece uma série de relações de coexistência com outros discursos, montando uma “rede discursiva” que busca dar sustentação a um novo discurso que está sendo tecido. Entre eles podemos encontrar o discurso que, no momento histórico em que nosso país vivia, daria maior sustentação às suas palavras: o discurso da modernidade. Nele, a ciência, outro alicerce importante em sua rede, é vista como aquela que, através da evolução do conhecimento, nos levaria ao *progresso*, a alcançarmos o mais alto grau de cultura, e, por fim, nos conduziria à *civilização*. Para o autor, fruto da democracia, as universidades seriam o lugar por excelência do desenvolvimento científico e da garantia da liberdade. No discurso da modernidade, que contém em si todos esses outros discursos (ciência, liberdade, progresso, cultura, civilização), Azevedo encontrará a base de legitimidade de seus pronunciamentos que dará sentido de verdade ao que diz. Aqui para nós, o autor se apresenta não apenas como o indivíduo que fala e que pronuncia um texto, mas “(...) como princípio de agrupamento de discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (FOUCAULT, 2004: 25).

Antes de entrarmos na análise de seu primeiro discurso, e vale a pena ressaltar que eles não serão analisados, necessariamente, separados e em suas ordens cronológicas, seria interessante notar a data de publicação do livro, 1947, que reúne aproximadamente uma década de pronunciamentos de Azevedo, tendo a universidade como tema e critério primeiro de inclusão. Poderíamos, para isso, apenas interrogar a historiografia brasileira sobre o referido período, mas, talvez, seria mais prudente partir do próprio texto na busca de questioná-lo, a partir das sugestões metodológicas do

professor Durval de Albuquerque Júnior sobre “(...) suas relações com aquilo que o cerca, com aquilo que o situa num dado tempo, espaço, sociedade, cultura, relações políticas, econômicas (...)” (2009: 236).

As primeiras pistas de seu texto nos indicam um contexto mais amplo, marcado, como já dito, pela modernidade, em um tempo presente que se relaciona, conecta-se diretamente com o futuro e o ponto de vista do futuro prevalece. Nele, a ciência se impõe sobre as artes, sobre a literatura, na busca da “(...) compreensão tão exata quanto possível da realidade (...)” (AZEVEDO, 1947: 07). O tempo seria guiado pela ideia de progresso que, talvez seja, juntamente com a ciência e a cultura, um dos conceitos que mais apareceram nos discursos de Azevedo. E não é sem razão que apareceram juntos. O progresso despontou como o objetivo a ser alcançado e, para isso, a ciência parecia ser o “único” caminho. Talvez tenha sido, não só para Azevedo, essa a falha da Primeira República na sua incapacidade de concretizar esse projeto. Não à toa os vencedores da Revolução de 1930 deram à primeira república o nome de República Velha.

O discurso da ideia de progresso, tão presente nas palavras de Azevedo, desenvolveu-se como categoria histórica na metade do século XVIII, a partir das revoluções políticas da América do Norte, da França e da revolução econômica da Inglaterra (DIEHL, 2002). Mas, se na Europa e na América do Norte a noção de progresso desenvolveu-se a partir da segunda metade do século XVIII, em nosso país essa mesma noção, associada à ideia de ciência, cultura, razão, tempo linear, entre outras, parece emergir e ganhar força apenas em fins do século XIX e início do XX. A noção de progresso parece tomar conta dos discursos e ideais, não apenas de Azevedo, mas daqueles que, como ele, lutaram em prol das universidades no Brasil a partir da década de 1920. Em seu discurso acerca da missão da universidade, o autor nos traz um conceito de progresso que reflete bem essa relação que pretende se atar à ciência e ao tempo linear, colocando o passado como um degrau necessário para se alcançar o tão esperado futuro:

Se, de fato, na arte, na literatura e na própria política, e, em geral, em todas as atividades humanas, as obras, ainda mais audaciosas, são sempre mais ou menos o remate e o coroamento das obras passadas, nada nos poderá dar uma consciência tão profunda da solidariedade que liga entre si as gerações, como a ciência que é inconcebível em qualquer de seus períodos, sem a noção das conquistas realizadas pela ciência anterior, e cuja história se desenvolve como uma sucessão ininterrupta de esforços e progressos (AZEVEDO, 1947: 144).

E retoma mais à frente a ideia: “É que o progresso social, como o progresso científico, é ‘uma escada em que não se pode subir senão de um degrau a outro, e onde cada um é indispensável à sustentação daquele que lhe está sobreposto’” (AZEVEDO, 1947: 145). A alusão à imagem do tempo como escada reflete bem a ideia de uma história linear, que carrega consigo a noção de progresso pautada pelo conceito de evolução. Cada período precedente, passado, torna-se peça importante no processo de superação desse tempo rumo ao futuro. Além da linearidade do tempo, Azevedo reafirmou a concepção de progresso e de tempo linear por intermédio do ideal do universal que reuniria as experiências históricas em uma História, maiúscula, de toda a humanidade. Partindo das afirmações de Hegel, Azevedo afirmou, em sua introdução ao livro, que a “história da humanidade” “(...) é progresso na consciência da liberdade; e a liberdade é a primeira e fundamental condição para que se torne possível a cultura, em qualquer de suas manifestações” (1947: 10).

Por considerar esse conceito de história, Azevedo, além do atribuir um caráter essencialista e natural às universidades em sua identidade e missão, utilizou-se da história, em seu sentido “Universal”, como mais uma forma de legitimação dessas como espaços privilegiados para o desenvolvimento do saber. Estabelecendo uma linha de continuidade histórica, nosso autor encontrou a “origem” da moderna universidade na Antiguidade, mais especificamente na academia platônica e, posteriormente, nas universidades da Idade Média e no renascimento, atingindo o seu “auge” no século XIX. Esse caminho foi percorrido com pequenas oscilações e não com rupturas, como conceitua o autor: A idéia encerrada na palavra “universidade” não é outra senão a idéia da Academia de Platão. “Ambas”, como observou Eduardo Sranger, “nasceram da convicção de que homens de responsabilidade cultural devem ser despertados interiormente para viverem da verdade” (AZEVEDO, 1947: 32 – 33).

Com isso, as universidades brasileiras ganharam um caráter histórico: tornaram-se herdeiras de uma tradição que foi além dos marcos cronológicos das suas histórias, pelo menos no que diz respeito a uma história do Brasil contada a partir do seu “encontro” com o mundo europeu.

Retomemos a afirmativa de Hegel. Nele, mais um conceito recorrente se revela; a liberdade, a partir desse autor, situa-nos em mais uma de suas referências ao contexto

em que fala. Em um momento, não mais de criação das universidades, mas de sua reorganização em fins da década de 1940, o problema político da polarização do mundo parece afligir o nosso autor, segundo seu entendimento, ao colocar em risco as universidades. Pois, para ele, a liberdade seria a peça essencial e imprescindível ao progresso da cultura e ela só poderia ser garantida pelos regimes democráticos, democracia essa que se apresentara ameaçada pela emergência de “(...) sistemas políticos de direita e de esquerda, que, apoiados em partidos únicos, se manifestam francamente hostis às liberdades públicas” (AZEVEDO, 1947: 10 – 11).

Se o problema da liberdade e da política recebeu bastante destaque em sua introdução, não será ele uma novidade, em dez anos de discursos reunidos (1930 – 40): esse parece ser o problema central de suas discussões e nos revela um contexto histórico mais específico, o dos anos da Era Vargas. Seus discursos, proferidos no decorrer de uma década, revelam-nos uma pluralidade de temporalidades que tem início em uma época em que, enquanto o Brasil se abria para a modernidade, o pensamento autoritário crescia dentro do Estado e se gestava a ditadura getulista. Nesse tempo, a luta dos intelectuais por uma *educação nova* se curvava frente aos interesses do estado, ou daqueles que o ocupavam. E àqueles que não se prostravam, restava o silêncio ou o ostracismo, como foi o caso de Anísio Teixeira.

Não sem razão, em sua introdução Azevedo destaca que todos os seus discursos foram proferidos “durante a tempestade”, tempo esse, ressalta, não muito distante da época de publicação do livro, em que suas palavras não encontravam ouvintes, “(...) mas apenas auditórios, lutando por idéias que não encontravam público” (AZEVEDO, 1947: 07). No período de seus pronunciamentos, as ideias de Azevedo são aquelas que sofrem os procedimentos de exclusão e interdição, pois, como destaca Foucault: “Sabe-se muito bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstancia, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (2004: 09). Não é de se estranhar que os discursos de Azevedo, depois de publicados, deixaram os auditórios para ganhar as ruas, após o fim do Estado Novo e o início do processo de democratização do país.

Por ser esse o *teatro* de emergência dos discursos de Azevedo, mesmo que muitas peças de seu cenário ainda estejam por ser desvendadas e o serão com o

desenrolar da narrativa, faz-se necessário, até mesmo pela brevidade do texto, imposta pelas regras de publicação de um artigo, passarmos para o nosso objetivo principal, a construção discursiva das universidades.

Para iniciarmos essa tarefa, dentro do período assinalado, partiremos de um conceito de universidade, do próprio Azevedo, que podemos encontrar em sua obra mais conhecida, *A cultura brasileira*, publicada pela primeira vez no ano de 1945. Nela, diz o autor:

Quando dizemos “universidade”, não queremos significar senão uma certa maneira de organizar institucionalmente os conhecimentos, para elevá-los ao mais alto nível, de coordenar as investigações, de promover o progresso da ciência, de difundir a cultura e utilizar tudo isto em proveito da comunidade (1945: 669).

Apesar da aparente simplicidade da definição de Azevedo, especificamente nessa obra, seus discursos trazem uma maior riqueza conceitual, que não se restringe a apenas um mero significado que poderia constar em um verbete de dicionário. Neles, a universidade ganha vida, recebe uma missão, deve cumprir funções e tarefas, abriga características, destaca-se o seu caráter, descobre-se a sua *essência*, sua *natureza*, ou será que se constrói? Não é apenas uma “maneira de organizar institucionalmente os conhecimentos”, mas:

(...) é centro verdadeiro e uma aliança e em que se ordenam ou tendem a organizar-se e a ordenar-se todas as atividades e todos os saberes, - a especulação filosófica, a pesquisa científica e literária e a atividade profissional e técnica, - longe de fechar-se ao exame e ao estudo de todas essas questões como a da ação, realidade que ultrapassa o simples fenômeno e cuja análise nos leva a passar do problema científico ao problema metafísico e religioso, deve, ao contrário, fundir numa cadeia de esforço tudo o que pode interessar a pessoa humana e suas tendências as mais heterogêneas (1947: 16).

Na disputa por um lugar privilegiado, ou por se estabelecer enquanto tal, o discurso de Azevedo reforça a ideia de totalidade e exclusividade, no sentido de que as universidades se tornam os únicos espaços válidos de produção de saber e centro formador de pessoas autorizadas a desempenharem as mais diversas funções sociais/profissionais. Assim, ela se apropria, não apenas do pensar, mas do fazer, da ação. Aqui, ao contrário do que se acusa às antigas Faculdades, de serem meramente profissionais/profissionalizantes e de seu caráter literário e reprodutor de conhecimentos feitos, a universidade teria a tarefa de “(...) organizar os conhecimentos, elaborar a

ciência e difundir a cultura” (AZEVEDO, 1947: 178). Essa talvez seja a principal argumentação do autor para enfrentar o peso da tradição das Faculdades. Sua principal crítica se direciona à incapacidade dos antigos centros de ensino superior de produzirem, por si sós, novos saberes, de irem além das *ciências prontas* e de serem meros reprodutores do que já está feito. Para Azevedo, como já dito, os primeiros anos da República foram marcados por uma continuidade com o Império e a Colônia, no que diz respeito à cultura, em que imperava o “mesmo espírito literário e livresco” (1945: 606) e essa característica se estendia, em sua opinião, para o ensino superior, pois, como afirma: “Do ponto de vista cultural e pedagógico, a República foi uma revolução que abortou (...)” (1945: 618).

Essa totalidade e exclusividade que o autor reserva para as universidades se traduzem e se ligam à ideia, corrente dentro do pensamento moderno, de universalidade. Pois, como destaca:

Se a Universidade é, por sua própria definição e por sua finalidade, qualquer coisa de “universal”, a sua “universalidade” provem não só de que ela deva abranger, nos seus cursos, todos os conhecimentos humanos (*universatis rerum humanarum*), mas de fato que a ciência não tem pátria, os sábios a têm uma (AZEVEDO, 1947: 136).

Para o autor, a ideia de universalidade se contrapõe, ao mesmo tempo em que se complementa, à de nacionalidade. Se ela deve atender aos interesses do país e contribuir para a sua *unidade espiritual*, não pode, ao mesmo tempo, assumir uma atitude de prevenção contra culturas estrangeiras, ou seja, fechar-se ao saber, que o autor considera universal. Essa ponderação se faz presente no artigo 44 do Decreto 6283 da criação da USP, que prevê a vinda de missões estrangeiras para “especializações e aperfeiçoamento técnico, professores e auxiliares de ensino” e “para instalação ou regência de cursos” universitários. Eis outro problema enfrentado por Azevedo na confrontação do seu ideal com os acontecimentos de seu tempo presente. Como preservar o nacional dentro do universal sem perder a *imparcialidade* e a sua *objetividade*, já que essas são, para ele, os conceitos chaves do desenvolvimento da ciência? Como não ser nacional em um Estado que, nesse período, constrói suas bases de legitimidade no patriotismo e no nacionalismo e tem na educação um dos seus principais meios de construção e divulgação? Como não submeter o pensamento, na figura do intelectual, aos interesses do Estado, do político, do partidário?

Em suas palavras, se Azevedo não renega o caráter político da educação e da universidade, questiona o uso político do saber, pois vai de encontro ao princípio da imparcialidade, única capaz de garantir a verdade, pois para ele fazia-se necessário perceber: “(...) o perigo que correm as Universidades quando, postas a serviço da política, são arrastadas no tumulto das lutas e das paixões partidárias” (1947: 170). Por isso, defende tanto a democracia que crê ser a forma política dessa pretensa imparcialidade. Nesse sentido, o Estado Novo surge como um banho de água fria, não apenas nos ideais de Azevedo, como também daqueles que de alguma maneira contribuíram para a construção de uma Escola Nova. A possibilidade de abertura apontada pela Revolução de 1930, em menos de uma década, passa a ser considerada, pelos seus líderes, um erro a ser corrigido. A tão sonhada democracia, “única capaz de garantir a liberdade”, passa a segundo plano; logo ela, que para nosso autor é o solo fértil para o desenvolvimento das universidades. Encerradas em auditórios, as palavras de Azevedo clamam por liberdade, buscam ganhar as ruas, mas só parecem ganhar espaço, emergir, sair dos bastidores para o palco com o fim do Estado Novo, publicadas em livros não mais perseguidos.

Aqui, a trama discursiva constituída por Azevedo passa a dialogar com outros discursos na busca de legitimação às suas palavras, nesse momento histórico dissidente. Para o autor, os debates sobre democracia e liberdade são as chaves que abriram os caminhos para as universidades desde o século XIX. Nesse sentido, vê a Universidade como fruto dos *germes que semeou a revolução*. Porém, como destacado anteriormente, esses são ideais que rapidamente os novos ventos levaram, “quando a força disputa o primado à inteligência”, subtítulo de um dos seus discursos em que afirma:

Mas nos princípios desse século começaram a aparecer sintomas que logo se foram acentuando e anunciando a mudança desse clima histórico de entusiasmo pela inteligência, pelo pensamento e pela razão, para uma época em que ao intelectualismo sucede o voluntarismo, à liberdade a uniformidade, e ao pensamento a ação (1947: 120).

Fazendo frente a essa realidade que se lhe impõe, Azevedo reafirma os princípios de liberdade e democracia destacando a criação da Universidade de São Paulo como a *resposta aos ideais da força e da violência* (1947: 123). Uma *violência* marcada, também, pela perda de poder e pela restrição da autonomia dos estados frente a um Estado forte e centralista, que buscava colocar as instituições de ensino a seu

serviço. A Reforma Francisco Campos de 1931, no campo da educação, consolida esse ideal em um processo de centralização uniformizadora do ensino, reforçado com seus sistemas de inspeção federal, mais visíveis no que diz respeito ao ensino secundário. Essa preocupação se faz presente na introdução da edição que reúne os seus discursos, vale lembrar, datada de 1947, quando denuncia os ataques à democracia feitos por sistemas apoiados em um partido único, de direita e de esquerda, e que se manifestam hostis frente às liberdades públicas. Para Azevedo:

Nesse choque e conflito entre forças divergentes senão opostas, as universidades têm sido e tendem naturalmente a ser disputadas e exploradas pelo poder político, como instrumento de dominação (*instrumentum regni*), para servir aos fins particulares dos grupos dominantes. É esta, como se vê, é uma questão de vida ou de morte para as instituições universitárias, cujo florescimento depende de um regime de liberdade (...) (1947: 11).

Interessante notar que para Azevedo a democracia se coloca como sistema político neutro, imparcial, não posicionado, de centro, dando garantias à universidade de uma produção científica igualmente imparcial e objetiva. Pois para ele: “O sábio, quando estuda um problema, o considera *em si mesmo*, esforçando-se por esquecer sua nacionalidade, sua época, seus sentimentos. É a isto que se chama ser *objetivo*” (1947: 137). O conhecimento científico ganha, em suas palavras, um caráter atemporal, apátrida e impessoal que, sendo possível, pretensamente garantiria à verdade, em seu sentido absoluto. Seria esse então o caminho para uma ciência (uma teoria e uma metodologia) capaz de estabelecer significados definitivos? Mais uma vez seu discurso revela sua vontade de verdade, ou não é isso que se busca quando se levanta tal bandeira? Vejamos o que diz Azevedo em seu pronunciamento sobre A missão da Universidade:

Sejam, porém, qual for a concepção de seus sistemas institucionais, rígidos ou plásticos, mais ou menos fechados e a serviço da classe dominante, ou francamente abertos e acessíveis a todos, a principal características das Universidades modernas, por toda a parte, é “o espírito científico de pesquisa” isto é, a indagação completamente objetiva e livre que quaisquer considerações que não sejam a busca da verdade, e que só se criará pelo estudo e pela pesquisa da ciência pura (1947: 126).

Mas seria possível essa tal objetividade? Voltemos ao *sábio* e sua atitude objetiva. É ele que, segundo nosso autor, garantiria, com sua atitude frente ao problema, a imparcialidade e a objetividade, como se possível fosse se desprender de seu lugar.

Nesse sentido, algumas divergências se colocam em seus discursos, pois ao mesmo tempo que clama ao sábio por *esquecer sua nacionalidade, sua época, seus sentimentos*, reconhece que:

Certo, a Universidade, como toda instituição social, encravada no seio da sociedade, é uma realidade viva e plástica que se organiza e se transforma segundo as condições específicas do ambiente em que flutua, e não pode, por isto, pairar acima das influências de cada “situação histórica”, cuja imagem nela espelha como num ponto de convergência de idéias e de aspirações coletivas (AZEVEDO, 1947: 173).

Ou seja, a universidade tem a sua historicidade, mesmo que ele, às vezes, a esqueça. Mas não é exatamente esse o meio de se chegar à objetividade, isto é, *pairar acima das influências de cada situação histórica*, de sua época? E, mais uma vez em sua introdução, ele retoma o assunto fazendo referência ao momento histórico que precedeu a publicação do livro: “A experiência atual nos demonstrou, como salienta André Siegfried, que não são os sábios que controlam os governos, mas os governos que dão empregos aos sábios e os fazem trabalhar para eles” (AZEVEDO, 1947: 12). Será que essa condição é exclusiva dos regimes autoritários? Não seria também uma característica de regimes democráticos? Mesmo expondo sua contradição, o que faz com que Azevedo se apegue tanto a esse conceito? Talvez, como para muitos e ainda hoje, o que se coloca em jogo é a legitimidade do seu discurso que se assenta sobre a atemporalidade, a essencialidade e a naturalidade. Mas, na construção da sua rede discursiva, a objetividade e a imparcialidade se tornam ainda mais importantes, pois são as amarras que o unem ao discurso da ciência.

A que ciência Azevedo está se remetendo? Em palavras dispersas em seus discursos, talvez pela convicção de que o significado da palavra não precise ser explicitado, já que ela se remeteria diretamente à sua pretensa essência, em seu sentido absoluto e atemporal, podemos encontrar a que se refere o autor quando fala em ciência. Porém, sem nos furtarmos à tentativa de elaborar um conceito, mais importante que a sua definição é perceber como esse conceito se torna partícipe dessa trama discursiva que nosso autor busca engendrar, na qual a ciência se faz essencial. Essencial por ser ela o método, por excelência e, mais uma vez, exclusivo, para se chegar à tão almejada verdade. Nas palavras de Azevedo:

Certamente é preciso amar a ciência e reconhecer que não podemos encontrar outro método para chegar à verdade, no domínio dos fatos, que a observação e a experiência, nem progredir, nesse setor, sem uma técnica severa, “que exige uma longa preparação e uma disciplina de todos os instantes” (1947: 14).

Assim, sua trama vai se adensando a partir da relação de coexistência de discursos que alicerçam suas palavras. Nelas, a ciência é mais do que um conjunto de conhecimentos sistematizados: ela é, antes de tudo que deve ser impulsionada por um certo *espírito científico*. Sem esse, o fazer científico metodologicamente orientado se tornaria inviável, pois dissociaria a ciência dos sábios que, impelidos por esse espírito, seriam os responsáveis pelo progresso das ciências. Azevedo se atém a:

(...) convicção profunda de que, sem a disciplina severa metodicamente conduzida e sem o espírito científico, que é o próprio espírito científico, a multiplicidade de teorias e o brilho do ensino puramente teórico acabariam por embotar em nós o sentido da realidade e diminuir a nossa capacidade de observação (1947: 96).

Mas o que seria esse *espírito científico de pesquisa*? Azevedo nos deixa algumas pistas:

O espírito de observação, o gosto da exatidão e dos fatos, a investigação paciente, a severa disciplina ascética dos métodos de pesquisa e de experimentação, a curiosidade ativa e insaciável, a análise penetrante – tudo isto, enfim, em que consiste o espírito científico, que é essencialmente crítico e experimental (...) (1947: 105).

O espírito científico parece ser aquilo que dá “cientificidade” (o caráter científico) à ciência, que lhe dá uma identidade, que se estabelece positivamente, determinando características próprias e por oposição àquilo que ela não é, ou nega ser. Assim, mais uma vez a oposição ciência/literatura, ciência/arte, aparece nos discursos de Azevedo, seja reforçando a ideia da universidade como o lugar do fazer científico, em oposição às Faculdades de tradição livresca e literária, seja em seu contraponto à Literatura como arte, como campo da livre imaginação e da fantasia, não necessariamente atreladas à realidade, o campo, por excelência, de investigação da ciência.

Além de identificador da ciência, o ideal de espírito científico ganha força nas palavras de Azevedo, por ser ele a principal característica das Universidades modernas e aquilo que as deve animar para alcançar a sua missão, pois:

O gosto da especulação filosófica, o amor à ciência, a fé na razão e o culto da verdade, a liberdade do pensamento e de pesquisa, o espírito de tolerância e de cooperação e o sentido universal, que nos leva a falar para todas as épocas e para todos os povos e a olhar em consequência, por cima dos compromissos e pontos de vista locais, constituem esses elementos que marcam o espírito universitário, no que ele tem de essencial e são a condição indispensável da vida e do progresso dessa instituição (AZEVEDO, 1947: 20).

O espírito científico condensa quase todos os discursos que Azevedo utiliza para tecer a sua teia. O ideal desse espírito confunde-se com o próprio conceito de modernidade, que sustenta ao mesmo tempo em que é sustentado pelo ideal da ciência, da verdade, da liberdade, pelo conceito de universal e de progresso. Além disso, o espírito contribui para que a universidade cumpra a sua *função*:

(...) à qual cabe formar e disciplinar essa elite, promovendo o gosto de pesquisa, o amor à ciência e a cultura livre e desinteressada, e transformando-se no grande refúgio do espírito crítico e objetivo, do universal e do humano, numa instituição verdadeiramente “civilizadora”, destinada a educar e a cultivar a razão, que, sendo essencialmente intelectual e universal, ultrapassa mesmo a inteligência propriamente dita; (...) (1947: 160).

Essa função daria à universidade o seu “verdadeiro caráter” e a diferenciaria dos outros modos de ensino superior, principalmente o tão atacado, por Azevedo, sistema de ensino concentrado em Faculdades isoladas de caráter profissional. Em suas palavras:

(...) o que transforma o ensino superior num ensino realmente universitário é a obra “superprofissional”, que a Universidade, como tal, se propõe, e que consiste em formar homens verdadeiramente eminentes, não para um quadro profissional restrito, não para funções técnicas determinadas, não para as “sociedades secundárias” ou grupos ocupacionais em que se secciona a sociedade geral, mas para a filosofia, as letras e as ciências, para atividades desinteressadas, nos diversos domínios do saber humano, para a coletividade em geral, para o país e a civilização (1947: 161).

E conclui logo em seguida:

Pois, na Universidade a que se deve elevar-se, já selecionada, “a parte mais dinâmica e bem dotada” da população do país, é que se forja e se tempera a razão; se alarga o horizonte mental; se exercita no trabalho literário, na reflexão filosófica e na disciplina científica, o espírito de finura, ou, por outras palavras, se firma “o culto das antigas guardiãs da espécie” – as humanidades, que, sendo o mais seguro meio de discernir o essencial e o justo, mantêm sempre viva a chama que, esclarecendo o passado, projeta seus clarões sobre o futuro (1947: 162).

Aqui Azevedo defende uma troca no critério de diferenciação e formação das elites brasileiras que, se davam pelo peso da tradição associado ao poder político/econômico. Seria essa “nova elite intelectual” a única capaz de fazer valer o Art. 1º do decreto de criação do Estatuto das universidades brasileiras.

Concluir este artigo mostra-se uma tarefa tão árdua como iniciá-lo, pois se individualmente cada pronunciamento de Azevedo segue uma sequência lógica de início, meio e fim, na qual podemos simplesmente nos guiar por um fio condutor, na constituição discursiva das universidades, em que seus discursos são cortados por uma série de outros, isso não ocorre. Não há uma ponta de fio que se possa identificar como ponto de partida e do qual se possa ir puxando e desfazendo, como acontece nos desenhos animados quando a peça de roupa vai se desfazendo sem que o personagem o perceba, enquanto um outro a puxa pela ponta. Não há inícios, não há meios, muito menos fins. Caminhos diversos podem ser percorridos na tentativa de se entender, de se desmontar a trama constituída pelo autor. Talvez o mais importante não seja estabelecer uma ordem, única e verdadeira, mas captar os seus elementos, compreender como eles se inter-relacionam, como eles constituem um novo discurso com sentido de verdade e que se impõe como tal e, em relação a ele, perceber o que torna possível a sua emergência, ou seja, que momento histórico e que condições de possibilidade o tornam viável.

Esse foi o caminho que busquei percorrer, mesmo consciente de que não poderia abarcar o todo e que muitas outras trilhas dos pronunciamentos de Azevedo ficariam sem ser conhecidas, mas esse é um entre tantos limites de nosso ofício que se impõem como um recorte, seja ele temporal, espacial, ou como, seja daquilo que se pode ou não falar, seja do número de páginas estabelecidas pelo corpo editorial de uma revista, entre outros motivos tantos. Talvez, entre eles, eu destacaria, como a mais significativa, a *escolha*, pois quando a fazemos em favor de um tema, de uma teoria, de um método, entre tantas outras, automaticamente estamos excluindo todos os outros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. Discursos e Pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassannezi; LUCA, Tânia Regina de (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. v. 1, p. 223 – 250.

AZEVEDO, Fernando. *As Universidades no mundo de amanhã: seu sentido, sua missão e suas perspectivas atuais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.

\_\_\_\_\_. *A cultura brasileira*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRL; Brasília: Editora UnB, 1996.

BRASIL. Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931. Cria o estatuto das universidades brasileiras. Brasília, DF: Senado Federal, 1931.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru: EDUSC, 2002.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 15 – 37.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. 10. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LE GOFF, Jacques. *Documento/Monumento*. In: Enciclopédia Einaudi. Vol I, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da moeda, 1985.

RAGO, L. M. O Efeito Foucault Na Historiografia Brasileira. *Tempo Social - Revista de Sociologia*, São Paulo, USP, v. 3, n. 28, p. 67 – 82, 1995.

TEIXEIRA, Anísio. *Ensino Superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.